

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.2 AGENTE DEMANDANTE: ADRIEL HERRERO MOREIRA

1.3 CATEGORIA DO ETP: O objeto do presente Termo de Referência consiste na abertura de processo licitatório, a ser realizado sob o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de mobiliário padrão FNDE, destinado exclusivamente ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação, contemplando as unidades escolares e demais espaços educacionais, em estrita conformidade com o MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS – VOLUME 07 – FNDE, para vigência da ata pelo período de 12 (doze) meses, observadas as condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos..

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade de suprir e manter adequadamente aparelhadas as unidades escolares e demais espaços educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, por meio do fornecimento de mobiliário escolar padrão FNDE, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

O problema a ser enfrentado, sob a perspectiva do interesse público, consiste na insuficiência e/ou inadequação do mobiliário atualmente existente, seja em razão do desgaste natural pelo uso contínuo, da ampliação da rede municipal de ensino, da criação de novas turmas e unidades escolares, bem como da necessidade de padronização do mobiliário, de modo a garantir condições adequadas de conforto, segurança, ergonomia e acessibilidade aos alunos, professores e demais servidores da educação.

A ausência ou inadequação do mobiliário compromete diretamente a qualidade do ambiente escolar, podendo impactar negativamente o processo de ensino-aprendizagem, além de gerar riscos à integridade física dos usuários, em afronta ao dever constitucional do Município de assegurar educação básica de qualidade, nos termos dos arts. 205 e 208 da

Constituição Federal, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e demais normas correlatas.

A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos educacionais, assegurando infraestrutura mínima adequada ao funcionamento regular das unidades escolares, bem como pelo atendimento às diretrizes e especificações técnicas estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, constantes no Manual de Orientações Técnicas – Volume 07, promovendo a uniformização e a conformidade do mobiliário utilizado na rede municipal de ensino.

Pretende-se, com a presente contratação, registrar preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar, de forma planejada, eficiente e economicamente vantajosa, possibilitando o atendimento das demandas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, competitividade, economicidade e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O objetivo da contratação é, portanto, assegurar condições adequadas de infraestrutura educacional, contribuindo para a melhoria do ambiente escolar, para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a efetivação do direito fundamental à educação, em consonância com as metas e diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação, quando aplicável.

3. DEMONSTRAÇÃO NO PCA – PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual do município, bem como encontra-se alinhada ao objetivo de garantia da estrutura adequada, além de estar vinculada aos seguintes valores institucionais:

303 06.001.12.004.0006.2016.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE - F -102 - F - 104

346 06.002.12.361.0006.2012.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE -F - 102 - F - 104

378 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE - F - 102 - F -104

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos e de Conformidade

Os bens a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, dimensionais, funcionais e de desempenho estabelecidas no Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 – Mobiliário Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, bem como às condições previstas neste Termo de Referência e em seus anexos.

Os mobiliários deverão ser novos, sem uso, de primeira linha, isentos de quaisquer defeitos de fabricação, montagem ou acabamento, devendo apresentar padrão de qualidade compatível com o uso contínuo em ambiente escolar, observadas as exigências de segurança, ergonomia, resistência e durabilidade.

Deverão, ainda, estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente aquelas aplicáveis ao mobiliário escolar, ergonomia e segurança, sem prejuízo de outras normas correlatas que venham a incidir sobre o objeto.

4.2. Requisitos de Qualidade, Segurança e Durabilidade

Os móveis deverão possuir:

- Estrutura resistente e adequada ao uso intensivo nas unidades escolares;
- Acabamento seguro, sem arestas cortantes ou superfícies que ofereçam risco aos usuários;
- Materiais e componentes que assegurem estabilidade, conforto e segurança aos alunos e servidores;
- Resistência a impactos, abrasão, umidade e demais condições típicas do ambiente escolar.

A qualidade dos materiais empregados deverá garantir vida útil compatível com a finalidade educacional, em consonância com os padrões estabelecidos pelo FNDE.

4.3. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

Em atendimento ao disposto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021, bem como às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, a contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo, quando aplicável:

- Utilização de madeira de origem legal, com a devida comprovação por meio de Documento de Origem Florestal (DOF) ou certificação ambiental reconhecida;
- Emprego de materiais que possibilitem reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil;
- Adoção de processos produtivos que minimizem impactos ambientais;
- Observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos.

4.4. Requisitos de Garantia

Os mobiliários deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, montagem ou materiais empregados, sem prejuízo de prazos superiores eventualmente previstos no Manual FNDE.

Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição ou o reparo dos itens que apresentarem vícios ou defeitos.

4.5. Requisitos de Entrega, Transporte e Montagem

A entrega dos bens deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, incluindo unidades escolares e demais espaços educacionais, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada:

- O transporte;
- A descarga;
- A montagem, quando aplicável;
- A adoção de embalagens adequadas para evitar danos aos produtos.

Os prazos de entrega deverão observar o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

4.6. Requisitos de Recebimento e Aceitação

O recebimento dos bens dar-se-á de forma provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação:

- Da conformidade com as especificações técnicas;
- Da qualidade e integridade dos materiais;
- Do atendimento às exigências do Manual FNDE.

Os bens que não atenderem às especificações poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos pela contratada no prazo estabelecido pela Administração.

4.7. Requisitos Documentais e de Comprovação Técnica

Quando solicitado, a contratada deverá apresentar:

- Catálogos, fichas técnicas ou memorial descritivo dos produtos ofertados;
- Declaração de conformidade com o Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 – FNDE;
- Documentos comprobatórios de atendimento às normas técnicas e ambientais aplicáveis.

4.8. Requisitos de Regularidade Legal

A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica, bem como cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

4.9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, a presente contratação observará o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos seguintes termos:

I – Os itens nº 10, 12 e 14 terão cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) de seus quantitativos destinada exclusivamente à participação de ME, EPP e MEI, mantidas as mesmas especificações técnicas e condições de fornecimento estabelecidas para o item principal;

II – Os demais itens do certame serão de participação exclusiva de ME, EPP e MEI, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006;

III – A adoção das cotas e da exclusividade visa promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a competitividade, incentivar a participação de pequenos fornecedores e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade e da eficiência da contratação.

4.10. DA NÃO EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS E DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS

Para a presente contratação, não será exigida a apresentação de amostras dos itens licitados, considerando que as especificações técnicas dos produtos encontram-se claramente definidas neste Termo de Referência e em seus anexos, bem como no Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 – FNDE, sendo suficientes para a adequada formulação das propostas e para a verificação da conformidade dos bens. Todavia, será obrigatória a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos itens ofertados, os quais deverão ser encaminhados juntamente com a proposta comercial, contendo informações que permitam a identificação e a verificação das características técnicas dos produtos, em especial quanto às dimensões, materiais, acabamento e conformidade com o padrão FNDE.

A ausência dos catálogos ou a apresentação de documentação insuficiente poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando inviabilizar a análise da conformidade do objeto ofertado com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Aplica-se a este ETP o Decreto nº25.393 que disciplina sobre o Sistema Registro de Preços.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	CATMAT	COD FNDE	Especificação	Unidade	QTD	VLR UNIT	TOTAL
1.	629770	AMB	Armário baixo com duas portas, dotado de duas prateleiras em MDP ou MDF, revestido com laminado melamínico de baixa pressão, cor cinza com bordas e componentes nas cores amarela, laranja, azul ou	UN	30	R\$ 965,34	R\$ 28.960,20

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
3472-8624

Contato: (41)

			verde. Largura: 810 mm; Profundidade: 500 mm; Altura: 740 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura. Portas: Largura: 400 mm; Profundidade: 630 mm; Espessura: 18 mm; Prateleiras: Largura: 768 mm; Profundidade: 455 mm; Espessura: 18 mm;				
2.	633709	AM4	Armário de aço alto, dividido verticalmente em dois compartimentos por meio de divisórias com portas independentes, dotado de quatro prateleiras removíveis e ajustáveis em cada compartimento. Largura: 900 mm +/- 10 mm; Profundidade: 400 mm +/- 10 mm; Altura: 1980 mm +/- 10 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Corpo, divisórias e portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 22 (0,75 mm). Prateleiras e reforço das portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 20 (0,90 mm). Base em chapa de aço laminado a frio - chapa 18 (1,25 mm). Barras de travamento das portas Ø = 1/4" (mínimo). 28 Dobradiças internas não visíveis na parte exterior do móvel em chapa de aço laminado a frio - chapa 14 (1,9 mm) com no mínimo 75 mm de altura - três unidades por porta. Maçaneta e canopla inteiramente metálicas, com travamento sistema cremona. Fechadura de tambor cilíndrico embutida na maçaneta com no mínimo de 4 pinos. Chaves em duplicata presas às maçanetas correspondentes. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado. Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.	UN	50	R\$ 816,67	R\$ 40.833,50
3.	632321	AM1	Armário roupeiro de aço com dezesseis portas com venezianas para ventilação, compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas, fechamento das portas independentes através de pitão para cadeado DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Largura: 1230 mm +/- 30 mm; Profundidade: 400 mm +/- 30 mm; Altura: 1980 mm +/- 30 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Corpo, divisórias e portas em chapa 22 (0,75mm); Piso dos compartimentos em chapa 20 (0,90mm); Pés em chapa 16 (1,50mm); Dobradiças em chapa internas não visíveis na parte exterior do móvel no mínimo 75mm de altura 14 (1,9mm), duas unidades por porta. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado. Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.	UN	15	R\$ 1.185,00	R\$ 17.775,00
4.	629257	AQ1	Arquivo deslizante em aço com quatro gavetas montadas sobre trilhos telescópicos que permitam abertura total. Altura: 1330 mm +/- 10 mm; Largura: 470 mm +/- 10 mm; Profundidade: 710 mm +/- 10 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UN	40	R\$ 814,96	R\$ 32.598,40

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
3472-8624

Contato: (41)

			CARACTERÍSTICAS: Corpo e estrutura interna em aço chapa 22 (espessura 0,75mm) na cor cinza; Gavetas em chapa 24 (0,60mm); Trilhos telescópicos e guias zincados em chapa 18 (1,20mm) ou superior; Haste de travamento de gavetas em chapa 16 (1,50mm); Fechamento inferior (junto ao piso) em chapa 24 (0,60mm). Puxadores em zamac no acabamento steel de 96mm. Fechadura de tambor cilíndrico (mínimo 4 pinos) com sistema de travamento simultâneo das gavetas. Chaves em duplicata. 26 Compressores para pastas em todas as gavetas. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado ou niquelado. Gavetas dotadas de trilhos telescópicos compostos por guias lineares com rolamentos de esferas de aço, com capacidade de carga vertical mínima de 45kg e mecanismo contra escape. Sapatas niveladoras em metal cromado com base de polipropileno injetado. Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.				
5.	633758	BÇ1	Berço infantil em MDF com grades na cor branca, não dobrável, com rodízios. Comprimento: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 670 mm +/- 10 mm; Altura das cabeceiras considerando a estrutura tubular: 900 mm (+ou- 10 mm) sem considerar o rodízio.	UN	30	R\$ 904,00	R\$ 27.120,00
6.	636108	C1	Cadeira alta de alimentação infantil dobrável, com bandeja removível. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Altura: 1050 mm +/- 50 mm; Largura: 560 mm +/- 50 mm; Profundidade: 680 mm +/- 50 mm; Proteção lateral: mínimo de 140 mm, medidos do topo da proteção lateral à superfície do assento; Altura do encosto: mínima de 250 mm, medidos na posição vertical; Ângulo do encosto: mínimo 60º em relação à horizontal (se menor o comprimento mínimo do encosto deve ser de 400 mm); Borda frontal do assento: raio mínimo de 5 mm.	UN	40	R\$ 288,29	R\$ 11.531,60
7.	629794	C7	Cadeira fixa estofada, sem braços, montada sobre armação tubular de aço com quatro pés. Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm; Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm; Altura do assento: 430 mm +/- 10 mm; Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar); Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm; Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm; Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm. Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591. Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UN	30	R\$ 162,33	R\$ 4.869,90
8.	634094	C6	Cadeira giratória estofada com braços e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto.	UN	30	R\$ 367,56	R\$ 11.026,80
9.	630233	C8	Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço, para uso adulto. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Largura do assento: 480 mm +/- 30 mm; Profundidade do assento: 430 mm +/- 30 mm; Altura do assento: 440 mm +/- 10 mm; Largura do encosto: 430 mm +/- 30 mm; Extensão vertical do encosto: 250 mm +/- 30 mm.	UN	200	R\$ 139,65	R\$ 27.930,00

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
3472-8624

Contato: (41)

10.	627668	CO1	Colchão infantil em espuma flexível de poliuretano. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Altura: 120 mm - 5 mm +15 mm; Largura e comprimento: devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais, e, entre o colchão e as cabeceiras, não exceda a 30 mm. CARACTERÍSTICAS Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, integral (tipo “simples”), revestido em uma das faces e nas laterais em tecido Jacquard, costurado em matelassê (acolchoado), com fechamento perimetral tipo viés, e com acabamento da outra face do colchão plastificado. Tratamento antialérgico e antiácara nos tecidos.	UN	1000	R\$ 133,50	R\$ 133.500,00
11.	629890	CO2	Colchonete de espuma flexível de poliuretano. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Comprimento: 1000 mm +/-5 mm; Largura: 600 mm +/-5 mm; Altura: 40 mm +/-10 mm. CARACTERÍSTICAS Espuma de poliuretano flexível com densidade D20, integral (sem colagem horizontal), revestido em material têxtil plastificado (corino), atóxico, na cor azul real, impermeável, com costura simples e acabamento em cadaço impermeável.	UND	500	R\$ 79,79	R\$ 39.895,00
12.	617862	CJA – 06	Conjunto aluno padrão fde/fnde. Altura do aluno 1,59m a 1,88m. São compostos de: 1 (uma) mesa com tampo em mdp ou mdf, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado e 1 (uma) cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. Continuação das especificações no subitem 3.2.1 abaixo.	UN	130	R\$ 590,53	R\$ 76.768,90
13.	620416	CJR-01	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. Mesa coletiva com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado., montado sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA Largura: 1100 mm; Profundidade: 680 mm; Altura: 460 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura.	UN	35	R\$ 1.448,09	R\$ 50.683,15
14.	634517	CJA-01	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado., montado sobre estrutura tubular de aço Largura: 600 mm; Profundidade: 450 mm; Altura: 460 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 6 mm	UN	150	R\$ 482,67	R\$ 72.400,50

			para altura. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA Largura do assento: 340 mm; Profundidade do assento: 260 mm; Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm; Largura do encosto: 350 mm;				
15.	620417	CJR-03	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 1,19 e 1,42m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. Mesa coletiva com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA Largura: 1230 mm; Profundidade: 760 mm; Altura: 590 mm; Espessura: 25,8 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura.	UN	40	1.014,20	R\$ 40.568,00
16.	633005	CJA 03	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 1,19 e 1,42m, composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço. Largura: 600 mm; Profundidade: 450 mm; Altura: 594 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 6 mm para altura. Largura do assento: 400 mm; Profundidade do assento: 310 mm; Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm; Largura do encosto: 396 mm; Altura do encosto: 198 mm; Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; Altura do assento ao chão: 350 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.	UN	50	R\$ 500,84	R\$ 25.042,00
17.	603101	CJP-01	Conjunto para professor composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço Largura: 1200 mm; Profundidade: 650 mm; Altura: 760 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura. Largura do assento: 400 mm; Profundidade do assento: 430 mm; Largura do encosto: 396 mm; Altura do encosto: 198 mm; Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; Altura do assento ao chão: 460 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.	UN	25	R\$ 598,13	R\$ 14.953,25

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
3472-8624

Contato: (41)

18.	90062	MA-01	Mesa acessível para pessoa em cadeira de rodas – padrão fde/fnde. A mesa acessível para pessoa em cadeira de rodas obedece a seguinte classificação: mesa para pessoa em cadeira de rodas (ma-02), com tampo em mdp ou mdf, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento. Estrutura tubular de aço.	UN	20	R\$ 572,66	R\$ 11.453,20
19.	90011	M7	Mesa de reunião com tampo retangular ou oval em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre dois pés. Tampo retangular: 2000 x 950 mm +/- 50 mm; Altura: 750 mm +/- 5 mm; Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; Espessura do tampo: 25 mm +/- 0,6 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UN	15	R\$ 807,33	R\$ 12.109,95
20.	468919	M6	Mesa de trabalho com tampo retangular em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre suporte metálico com dois pés. Tampo retangular: 1200 x 600 mm +/- 10 mm; Altura: 750 mm +/- 5 mm; Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; Espessura do tampo: 25,8 mm +/- 0,6 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UND	60	R\$ 459,50	R\$ 27.570,00
21.	90044	QM	Quadro em metal com feltro para fixação de recados, trabalhos e outros. Altura: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 900 mm +/- 10 mm. Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Confeccionado MDF 3mm revestido na parte frontal com card board 6mm; Acabamento em feltro acrílico 2mm; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.	UN	20	R\$ 229,68	R\$ 4.593,60
22.	90039	QC	Quadro em metal para fixação de avisos. Administração, sala dos professores e secretaria. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Largura: 1500 mm +/- 10 mm; Altura: 900 mm +/- 10 mm; CARACTERÍSTICAS: Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Fundo confeccionado em MDF 10mm; Acabamento em chapa de aço branca magnética; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.	UN	20	R\$ 277,27	R\$ 5.545,40
23.	90144	TA1	Tatame em placas intertravadas de E.V.A. (etilenoacetato de vinil) com bordas de acabamento. Tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm; Espessura: 20 mm +/- 10 mm. CARACTERÍSTICAS: Placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em E.V.A. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável; Densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; Cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento. Os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; As arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	KIT	60	R\$ 63,50	R\$ 3.810,00

TOTAL	721.538,35
--------------	-------------------

Observação: Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as que constam no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão aquelas indicadas neste ETP disposto no item 5.

As estimativas e quantidades dos itens a serem contratados foram definidas a partir de levantamento prévio das necessidades reais das unidades escolares e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

O referido levantamento foi realizado com base em documentos formais encaminhados pelas diretoras das escolas e dos CMEIs, nos quais foram identificadas as demandas específicas de mobiliário, considerando, entre outros aspectos, a quantidade de alunos atendidos, o número de salas em funcionamento, o estado de conservação do mobiliário existente, bem como a necessidade de substituição, complementação ou adequação dos bens às especificações técnicas do padrão FNDE.

As informações consolidadas foram analisadas pela área técnica da Secretaria Municipal de Educação, resultando na definição dos quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência, os quais refletem a necessidade global da rede municipal de ensino, observando-se critérios de razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

Ressalta-se que os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, tendo em vista que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados, sendo as futuras contratações formalizadas conforme a efetiva necessidade da Administração, durante a vigência da respectiva Ata.

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade no atendimento das demandas, otimiza o planejamento das aquisições e contribui para a gestão eficiente dos recursos públicos, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal que regulamenta o referido sistema.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Para atendimento da necessidade descrita neste ETP, foi realizado levantamento de mercado, com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e verificar a existência de fornecedores aptos ao fornecimento de mobiliário escolar padrão FNDE, conforme o Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 – FNDE.

A análise considerou pesquisas junto a empresas atuantes no ramo de fabricação e fornecimento de mobiliário escolar, bem como informações obtidas em contratações públicas anteriores, atas de registro de preços de outros entes da Administração Pública e consultas a catálogos e sítios eletrônicos de fornecedores especializados.

Concluiu-se que o mercado dispõe de diversas empresas capacitadas e regularmente estabelecidas que atendem às especificações técnicas exigidas pelo FNDE, demonstrando a viabilidade da contratação, sem risco de restrição à competitividade. Observou-se, ainda, que os móveis padronizados pelo FNDE são amplamente produzidos e comercializados, o que possibilita a obtenção de propostas competitivas e vantajosas para a Administração.

Diante da pluralidade de fornecedores identificados, restou evidenciada a adequação da solução escolhida, qual seja, a aquisição de mobiliário padrão FNDE por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, como forma de assegurar ampla concorrência, eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Após o levantamento das possíveis alternativas disponíveis no mercado e considerando experiências anteriores da Administração Pública, procedeu-se à análise comparativa das soluções aptas ao atendimento da necessidade identificada, observando critérios socioeconômicos, socioambientais, socioculturais e sociopolíticos, com vistas à obtenção da melhor relação custo-benefício, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Necessidades similares em outros órgãos públicos

Verificou-se que órgãos da Administração Pública, especialmente Secretarias

Municipais de Educação de diversos entes federativos, adotam como referência os mobiliários padronizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, os quais seguem especificações técnicas previamente definidas em manuais e cadernos técnicos oficiais.

A adoção do padrão FNDE demonstra-se prática consolidada no âmbito da educação pública, garantindo uniformidade, segurança, ergonomia e durabilidade dos mobiliários utilizados em escolas e CMEIs.

b) Alternativas de mercado

A pesquisa de mercado realizada demonstrou que existem fornecedores aptos a fornecer mobiliários compatíveis com o padrão FNDE, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas nos manuais oficiais (dimensões, materiais, resistência, ergonomia, acabamento e normas técnicas aplicáveis).

Embora existam mobiliários similares no mercado, aqueles que não seguem o padrão FNDE apresentam divergências técnicas que podem comprometer:

- a padronização das unidades escolares;
- a compatibilidade com mobiliário já existente;
- a ergonomia adequada às faixas etárias atendidas;
- a durabilidade e resistência exigidas para o ambiente escolar.

Assim, conclui-se que a solução viável e tecnicamente adequada é a aquisição de mobiliários padrão FNDE, por atender integralmente às especificações exigidas para a rede pública de ensino.

c) Políticas públicas e padrões de governo

A adoção do padrão FNDE está alinhada às políticas públicas educacionais nacionais, que visam assegurar qualidade, segurança e adequação ergonômica do mobiliário escolar.

O padrão FNDE é desenvolvido com base em estudos técnicos e normas da ABNT, atendendo critérios de segurança, resistência, ergonomia e sustentabilidade, o que reforça a escolha como solução mais segura e eficiente para a Administração.

d) Adequação do ambiente institucional

A escolha por mobiliários padrão FNDE garante compatibilidade com o mobiliário já existente nas unidades escolares, evitando despadronização visual e funcional, além de facilitar reposições futuras e gestão patrimonial.

Não há necessidade de adequações estruturais significativas nas unidades, sendo a solução plenamente compatível com os ambientes escolares atuais.

e) Aquisição versus outras soluções

A análise considerou alternativas como:

- aquisição de mobiliários fora do padrão FNDE;
- contratação sob medida;
- reaproveitamento de mobiliário existente.

Contudo, concluiu-se que mobiliários fora do padrão oficial podem gerar:

- incompatibilidade dimensional;
- menor durabilidade;
- dificuldade de reposição futura;
- risco de não atendimento às normas técnicas educacionais.

Dessa forma, a aquisição de mobiliários padrão FNDE apresenta melhor relação custo-benefício, maior segurança jurídica e alinhamento às diretrizes educacionais.

f) Experiência anterior da Administração

Em contratações anteriores, verificou-se que mobiliários que não observavam integralmente o padrão técnico adequado apresentaram desgaste prematuro e necessidade de manutenção corretiva frequente.

Observou-se também que determinados modelos adquiridos não atenderam integralmente à demanda das unidades escolares, seja por inadequação dimensional às faixas etárias, seja por resistência insuficiente ao uso contínuo.

Diante disso, opta-se pela aquisição dos modelos padrão FNDE correspondentes às necessidades específicas de cada unidade escolar, conforme levantamento realizado junto às diretoras e responsáveis pelos CMEIs e escolas.

g) Aspectos socioeconômicos

A aquisição de mobiliários padrão FNDE:

- promove maior durabilidade dos bens públicos;
- reduz custos futuros com manutenção e reposição;
- assegura melhor aplicação dos recursos públicos;
- permite competitividade entre fornecedores aptos a atender o padrão técnico.

h) Aspectos socioambientais

Os mobiliários padrão FNDE seguem critérios técnicos que priorizam:

- resistência e maior vida útil, reduzindo geração de resíduos;
- utilização de materiais conforme normas técnicas;
- possibilidade de manutenção e reposição de componentes;
- descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil.

i) Aspectos socioculturais

A padronização do mobiliário escolar contribui para um ambiente educacional organizado, seguro e ergonomicamente adequado às crianças e profissionais da educação, impactando positivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Conclusão da Análise Comparativa

Dentre as soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a aquisição de mobiliários padrão FNDE é a única alternativa tecnicamente adequada e vantajosa para atender às necessidades das unidades escolares e CMEIs vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

A solução proposta assegura padronização, conformidade técnica, segurança, durabilidade, economicidade e alinhamento às políticas públicas educacionais, representando a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a mediana ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço mediano, com a desconsideração dos preços inexecutáveis ou excessivamente elevados.

7.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS

Os valores unitários e total de cada item da contratação/aquisição estão dispostos na tabela constante no item 5 do presente Estudo Técnico Preliminar.

Após análise de custos, verifica-se que para essa contratação/aquisição o valor total é de R\$ 721.538,35 (setecentos e vinte e um mil quinhentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de mobiliários escolares padrão FNDE, destinados ao atendimento das necessidades das escolas municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

A contratação compreende o fornecimento dos mobiliários devidamente especificados conforme os manuais técnicos e padrões estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, incluindo fabricação, transporte, entrega nas unidades indicadas e garantia mínima contra defeitos de fabricação.

A solução contempla:

- Fornecimento de mobiliários escolares em conformidade com o padrão FNDE;
- Entrega nas unidades educacionais indicadas pela Secretaria;
- Garantia contratual;
- Assistência técnica, quando aplicável;
- Substituição de itens com vícios ou defeitos dentro do prazo legal e contratual.

A opção pela aquisição (e não pela contratação como serviço ou confecção sob medida fora do padrão) justifica-se tecnicamente pela necessidade de padronização, durabilidade, ergonomia adequada às faixas etárias atendidas e conformidade com normas técnicas educacionais.

Do ponto de vista técnico, os mobiliários padrão FNDE são os que melhor se adaptam às necessidades da rede municipal, uma vez que:

- seguem especificações técnicas previamente validadas em âmbito nacional;
- atendem normas de segurança, resistência e ergonomia;
- são adequados ao uso contínuo no ambiente escolar;
- permitem reposição futura padronizada;

- garantem uniformidade entre as unidades escolares.

Quanto à manutenção e assistência técnica, os mobiliários possuem garantia mínima exigida em edital, sendo que eventuais substituições ou reparos deverão ser realizados pelo fornecedor contratado, sem ônus para a Administração durante o período de garantia.

Além disso, por se tratar de mobiliário padronizado e amplamente comercializado, eventuais peças de reposição possuem fácil acesso no mercado, inclusive com possibilidade de fornecimento regional, o que reduz tempo de indisponibilidade e custos futuros.

Sob o aspecto econômico, a solução mostra-se mais vantajosa, pois:

- reduz a necessidade de substituições frequentes;
- diminui custos com manutenção corretiva;
- evita aquisições emergenciais futuras;
- permite ganho de escala por meio de registro de preços (se for o caso);
- assegura melhor planejamento orçamentário.

Ademais, a padronização dos mobiliários evita desperdícios decorrentes da aquisição de modelos incompatíveis com os já existentes na rede municipal, otimizando a gestão patrimonial.

Diante dos aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados, conclui-se que a presente solução é a que melhor se adequa à realidade da Administração Pública Municipal, garantindo eficiência, economicidade, padronização e atendimento integral das demandas das unidades escolares.

Portanto, a contratação proposta mostra-se plenamente viável e adequada para produzir os resultados pretendidos pela Administração, tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico, assegurando o atendimento do interesse público.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

No presente caso, a contratação refere-se à aquisição de mobiliários escolares padrão FNDE, compostos por diferentes tipos de itens (mesas, cadeiras, conjuntos escolares, armários, entre outros), os quais possuem características autônomas, especificações individualizadas e utilização independente entre si.

a) Viabilidade técnica e econômica

O objeto mostra-se tecnicamente divisível, pois cada item de mobiliário possui funcionalidade própria, podendo ser fornecido separadamente sem comprometer o desempenho dos demais.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento é viável, uma vez que:

- não há interdependência técnica entre os itens;
- não há necessidade de fornecimento conjunto obrigatório;
- os custos logísticos não sofrem impacto relevante que inviabilize a divisão.

Assim, a divisão por itens não compromete a eficiência administrativa nem a execução contratual.

b) Ausência de perda de economia de escala

A análise de mercado demonstra que os fornecedores do setor de mobiliário escolar atuam, em regra, de forma segmentada, havendo empresas especializadas em determinados tipos de mobiliário.

A realização do certame por itens:

- não acarreta perda significativa de economia de escala;
- permite que empresas especializadas participem do procedimento;
- mantém a vantajosidade da contratação.

Ademais, eventual utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita a

manutenção de ganhos econômicos mesmo com o parcelamento.

c) Melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade

O parcelamento da solução amplia a competitividade do certame, pois:

- possibilita a participação de maior número de fornecedores;
- evita restrição indevida do mercado;
- estimula a redução dos preços unitários;
- atende ao princípio da isonomia.

Muitas empresas, embora não possuam capacidade produtiva para fornecer a totalidade dos itens do processo, têm plena aptidão para fornecer itens específicos, o que reforça a necessidade de divisão do objeto.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação será realizada por itens, considerando que o objeto é divisível, técnica e economicamente viável nessa forma, não havendo prejuízo ao conjunto da solução nem perda de economia de escala.

O parcelamento permitirá maior competitividade, melhor aproveitamento do mercado fornecedor e potencial redução dos preços unitários, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de mobiliários escolares padrão FNDE, com vistas ao atendimento das necessidades das escolas municipais, CMEIs e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, buscando assegurar melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Pretende-se contratar os itens descritos nesta solução com o melhor preço, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas nos padrões do

FNDE, garantindo qualidade, segurança, ergonomia e durabilidade, de modo a atender integralmente às demandas das unidades requisitantes.

1. Resultados em termos de economicidade

Com a contratação, pretende-se alcançar:

- Melhor relação custo-benefício, mediante aquisição de mobiliários com maior vida útil;
- Redução de despesas com manutenção corretiva e substituições frequentes;
- Planejamento adequado das aquisições, evitando contratações emergenciais;
- Padronização que facilite futuras reposições e gere economia administrativa;
- Otimização da aplicação dos recursos públicos, em observância ao princípio da eficiência.

A adoção do parcelamento por itens também contribuirá para maior competitividade e potencial redução dos preços unitários.

2. Melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais

A contratação permitirá:

- Melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação;
- Adequação ergonômica para alunos de diferentes faixas etárias;
- Organização adequada dos ambientes escolares;
- Maior durabilidade do patrimônio público;
- Redução do tempo despendido com manutenção e ajustes improvisados.

Com mobiliários adequados e padronizados, a Administração poderá concentrar esforços na atividade finalística da educação, reduzindo retrabalhos e demandas operacionais decorrentes de mobiliários inadequados.

3. Benefícios socioeconômicos

A contratação proporcionará:

- Fomento ao mercado fornecedor especializado;
- Estímulo à competitividade entre empresas aptas ao fornecimento do padrão FNDE;
- Uso responsável e eficiente dos recursos públicos;
- Fortalecimento da política pública educacional por meio da melhoria da infraestrutura escolar.

4. Benefícios socioambientais

A solução contribui para o desenvolvimento sustentável, pois:

- Os mobiliários padrão FNDE possuem maior durabilidade, reduzindo geração de resíduos;
- Há menor necessidade de substituições frequentes;
- Possibilita descarte adequado ao final da vida útil;
- Incentiva aquisição de produtos fabricados conforme normas técnicas vigentes.

5. Benefícios socioculturais

A melhoria da infraestrutura física das unidades escolares impacta diretamente:

- A qualidade do ambiente de aprendizagem;
- O conforto e a segurança dos estudantes;
- A valorização do espaço escolar;
- A motivação de alunos e profissionais da educação.

Ambientes adequados favorecem o desenvolvimento pedagógico e contribuem para a permanência e o rendimento escolar.

6. Resultados qualitativos e quantitativos esperados

Entre os resultados esperados destacam-se:

- Atendimento integral das demandas levantadas junto às unidades escolares;
- Redução de ocorrências relacionadas a mobiliário inadequado;
- Aumento da vida útil média dos bens adquiridos;
- Melhoria das condições estruturais das unidades de ensino.

Foram considerados os riscos identificáveis, tais como fornecimento de produtos em desacordo com as especificações ou atraso na entrega, os quais serão mitigados por meio de exigências técnicas claras, critérios de habilitação adequados e fiscalização contratual eficiente, sem prejuízo ao caráter competitivo do certame.

Conclusão

A contratação pretendida busca assegurar efetividade administrativa, economicidade e desenvolvimento sustentável, promovendo melhoria concreta na infraestrutura da rede municipal de ensino.

Assim, os resultados esperados demonstram que a solução proposta atende ao interesse público, garantindo qualidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para que a contratação produza os resultados pretendidos e seja executada de forma eficiente, a Administração deverá adotar previamente determinadas providências administrativas, técnicas e operacionais, conforme descrito a seguir.

1. Planejamento e organização das unidades receptoras

Antes da entrega dos mobiliários, a Secretaria Municipal de Educação deverá:

- Confirmar os quantitativos por unidade escolar e CMEI, conforme levantamento prévio realizado;
- Definir os locais específicos de entrega em cada unidade;
- Organizar os espaços físicos destinados à instalação e acomodação dos mobiliários;
- Providenciar a desocupação e limpeza dos ambientes que receberão os novos itens;
- Verificar as dimensões das salas para assegurar compatibilidade com os mobiliários padrão FNDE.

2. Adequação do ambiente físico

Por se tratar de mobiliário escolar (e não equipamentos que demandem ligação elétrica ou hidráulica), não há necessidade de adequações estruturais complexas, tais como intervenções em rede elétrica ou infraestrutura predial.

Entretanto, será necessário:

- Verificar a existência de espaço físico suficiente para correta disposição dos mobiliários;
- Avaliar as condições do piso e nivelamento das salas;
- Garantir que os ambientes estejam aptos a receber os itens sem risco de danos.

Caso seja necessária a montagem de algum item específico, esta deverá ocorrer nas próprias unidades escolares, em dia e horário previamente acordados com a direção da unidade, de modo a não comprometer o calendário escolar.

3. Designação de fiscal e gestor do contrato

A Administração deverá:

- Designar formalmente servidor responsável pela gestão do contrato;
- Designar fiscal para acompanhamento da entrega e verificação da conformidade dos itens com as especificações do Termo de Referência;
- Capacitar, se necessário, os servidores envolvidos na fiscalização quanto às especificações técnicas do padrão FNDE.

A fiscalização deverá observar especialmente:

- Conformidade com as especificações técnicas;
- Integridade dos produtos no ato da entrega;
- Cumprimento dos prazos;
- Condições de garantia.

4. Procedimentos de recebimento

Deverão ser estabelecidos procedimentos formais para:

- Recebimento provisório dos itens;
- Conferência quantitativa e qualitativa;
- Registro de eventuais inconformidades;
- Recebimento definitivo após verificação da conformidade.

Em caso de desconformidade, a contratada deverá ser formalmente notificada para substituição no prazo estabelecido no contrato.

5. Armazenamento temporário (quando aplicável)

Caso a entrega não ocorra de forma imediata nas unidades finais de destino, a Administração deverá assegurar local adequado para armazenamento temporário, observando:

- Ambiente seco e protegido contra intempéries;
- Organização que evite empilhamento inadequado;
- Controle de acesso para preservação dos bens.

6. Transição contratual (se houver contrato anterior)

Caso exista contratação anterior com objeto semelhante, a Administração deverá:

- Formalizar o encerramento do contrato vigente;
- Registrar o estado atual do mobiliário existente;
- Atualizar o controle patrimonial;
- Proceder à destinação adequada dos bens substituídos, conforme legislação aplicável.

Não há necessidade de transferência de tecnologia ou sistemas, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens permanentes.

Conclusão

Para a presente solução, não há necessidade de intervenções estruturais relevantes ou fornecimento de serviços adicionais complexos para que a contratação produza seus efeitos.

As providências descritas são de natureza administrativa e organizacional, sendo plenamente viáveis dentro da estrutura atual da Secretaria Municipal de Educação.

Assim, adotadas as medidas acima elencadas, a execução contratual ocorrerá de forma regular e apta a alcançar os resultados pretendidos pela Administração Pública.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza do objeto — aquisição de mobiliários escolares padrão FNDE — verifica-se que os impactos ambientais são classificados como moderados e indiretos, estando principalmente relacionados ao processo de fabricação, transporte, embalagem e descarte ao final da vida útil dos bens.

1. Possíveis impactos ambientais identificados

Os principais impactos ambientais associados à contratação são:

- Consumo de matérias-primas (madeira, aço, plásticos e derivados);
- Consumo de energia no processo de fabricação;
- Emissão de gases decorrentes do transporte dos produtos;
- Geração de resíduos sólidos (embalagens, sobras de montagem);
- Descarte futuro dos mobiliários ao final da vida útil.

Embora não se trate de contratação com impacto ambiental significativo ou atividade potencialmente poluidora direta por parte da Administração, é possível identificar impactos indiretos na cadeia produtiva.

2. Medidas mitigadoras e critérios de sustentabilidade

Com vistas a minimizar os impactos ambientais, a contratação poderá prever as seguintes medidas e exigências:

a) Conformidade com normas ambientais

Exigir que os fornecedores atendam à legislação ambiental vigente, incluindo licenças quando aplicáveis, bem como cumprimento das normas técnicas relacionadas à fabricação e uso de materiais.

b) Utilização de madeira de origem legal

Quando houver componentes em madeira ou derivados, exigir comprovação de origem legal da matéria-prima, mediante apresentação de documentação pertinente, conforme legislação ambiental.

c) Materiais de maior durabilidade

A opção por mobiliários padrão FNDE, que possuem especificações técnicas rigorosas de resistência e durabilidade, contribui para a redução de substituições frequentes, diminuindo a geração de resíduos ao longo do tempo.

d) Redução de resíduos e embalagens

Poderá ser exigido que a contratada:

- Realize o recolhimento e destinação adequada das embalagens utilizadas;
- Adote práticas de redução de materiais descartáveis no transporte;
- Observe boas práticas de logística sustentável.

e) Logística reversa (quando aplicável)

Caso haja substituição de mobiliários inservíveis, poderá ser avaliada a destinação ambientalmente adequada dos bens retirados, mediante:

- Encaminhamento para reaproveitamento;
- Doação, quando possível;
- Reciclagem de componentes metálicos ou plásticos;
- Desfazimento conforme normas patrimoniais e ambientais vigentes.

f) Transporte otimizado

A exigência de planejamento logístico adequado poderá contribuir para reduzir emissões decorrentes do transporte, especialmente em entregas programadas por rota e unidade escolar.

3. Contribuição para o desenvolvimento nacional sustentável

A contratação contribui para o desenvolvimento sustentável na medida em que:

- Prioriza bens com maior vida útil;
- Reduz desperdício de recursos públicos;
- Incentiva fornecedores que atendam critérios ambientais;
- Promove uso responsável de recursos naturais.

Além disso, a padronização FNDE garante especificações técnicas que privilegiam resistência, qualidade e segurança, o que impacta positivamente na redução de substituições prematuras.

4. Conclusão

Dada a natureza do objeto, não se verificam impactos ambientais relevantes ou

de grande magnitude decorrentes diretamente da contratação. Contudo, existem impactos indiretos inerentes à cadeia produtiva e ao ciclo de vida do produto.

Assim, a inclusão de critérios de sustentabilidade na especificação técnica e nas obrigações da contratada constitui medida adequada e suficiente para mitigar os impactos ambientais identificados, garantindo que a contratação observe os princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

ASSINATURAS:

Assinado por:
Adriel Moreira
19/02/2026 - 14:17
49KQZFLKRGMSNUE0MARGQ

Adriel Herrero Moreira
Técnico Administrativo – 19921
Agente Demandante - 15963

Assinado por:
Evani Justus
19/02/2026 - 14:31
CWV2I607S8IGRDMFH88UMG

Evani Cordeiro Justus
Secretária Municipal da Educação
Decreto n.º 26.469/2025